

## **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

Considerando o princípio da transparência da administração pública e dos atos que subsidiam decisões, a partir da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e, por conseguinte, na oferta aos cidadãos do pleno acesso às informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, XXXIII, no inciso II do parágrafo 3º do art. 37 e no parágrafo 2º do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando os órgãos vinculadores do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, para os anos de 2012 a 2024, a sua programação e alocação de recursos nas Leis Orçamentárias Anuais e a liquidação anual das suas despesas;

Considerando a necessidade de elaboração de Plano de Ação e de Plano de Aplicação Financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a indisponibilidade de informações relativas a assuntos institucionais, administrativos, gerenciais, orçamentários e financeiros do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade final do Poder Executivo, em portal público e específico, requero acesso às informações e solicito cópia dos documentos abaixo relacionados:

1. Lei de criação e regulamento que orienta a eleição, os mandatos, as competências e a estrutura organizacional do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal;
2. Identificação dos Conselheiros eleitos (titulares e suplentes) para o período de 2013 a 2023;
3. Identificação dos ordenadores de despesa e da Unidade Orçamentária Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para o período de 2013 a 2023;
4. Email de contato, telefones e horários de atendimento ao público do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal, gestor da Unidade Orçamentária Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

5. Total anual das receitas arrecadadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre 2013 e 2023, segregadas de acordo com a sua origem, ou seja, se provenientes de doação (especificar valor doado por pessoa física ou jurídica), de multa (Art. 214 do ECA), bens ou valores recebidos (Art. 244-A do ECA), recursos livres do município, entre outros;

6. Informar, do valor total arrecadado proveniente de doação (leia-se, renúncia de receita mediante dedução do Imposto de Renda devido), quanto foi destinado por pessoas físicas e por pessoas jurídicas, bem como quanto foi destinado diretamente em conta bancária do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e quanto foi feito através do Programa Gerador de Declaração (PGD) da Declaração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) junto à Receita Federal do Brasil;

7. Informar o valor total repassado anualmente pela Receita Federal do Brasil ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal, com datas e valores específicos para cada transferência;

8. Informar domicílio bancário e suas alterações do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal, contemplando identificação do CNPJ, Banco, número da conta e agência, para o período de 2013 a 2023;

9. Informar se houve emissão de recibo em favor de doador direto (via depósito em conta bancária) ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinado por pessoa competente e pelo presidente do Conselho correspondente, especificando, conforme estabelece a Lei nº 8.069, de 1990 (Art. 260-D), e a Lei nº 12.594, de 2012, a data da doação e o valor efetivamente recebido;

10. Planos de Ação aprovados e deliberados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal, gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, para os exercícios de 2013 a 2023, sendo necessário o envio do plano de origem e suas possíveis alterações, tendo em vista que estes instrumentos podem ser republicados;

11. Planos de Aplicação Financeira aprovados e deliberados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal, gestor do Fundo dos Direitos da Criança

e do Adolescente, para os exercícios de 2013 a 2023, sendo necessário o envio do plano de origem e suas possíveis alterações, tendo em vista que estes instrumentos podem ser republicados; e

12. Link atualizado de acesso à página do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo informações acerca da gestão, do monitoramento e prestação de contas dos projetos financiados com os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente na esfera municipal.

## **FATOS E FUNDAMENTOS**

Em conformidade à disposição constitucional, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, as quais devem ser prestadas conforme as disposições da Lei nº 12.527/2011, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Cabe notar que as solicitações não integram o grupo de informações e/ou documentos considerados sigilosos, cabendo ao órgão público, portanto, cumprir a Constituição Federal.

Ressalta-se que as informações devem ser fornecidas imediatamente, em cumprimento ao artigo 11 da Lei nº 12.527/2011. Não sendo possível o acesso imediato, a resposta deve ser expedida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados do protocolo deste Requerimento junto a este órgão, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa.

O órgão deverá informar qual data, local e modo o requerente deverá realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter o documento requerido. Se disponíveis em formato digital, o órgão deverá fornecer a informação e/ou o documento ao requerido, conforme o disposto no artigo 11, parágrafo 5º da Lei 12.527/2011 ou encaminhá-lo diretamente para o e-mail disponibilizado (karinetomazveiga@gmail.com).

Na impossibilidade de disponibilizar um ou outro trecho dos citados documentos, deve-se tarjar as informações que não podem ser divulgadas e atender o pedido.

Na impossibilidade de disponibilizar alguns dos documentos por qualquer motivo, reitero que disponibilizem o que é legalmente possível e dever do órgão em transparência, justificando o motivo da não disponibilização de algum dos itens solicitados.

Caso o requerido não possua algum dos documentos, que remeta o presente requerimento ao órgão ou entidade responsável, nos moldes do artigo 11, inciso III da Lei nº 12.527/2011.

Ademais, em conformidade com o art. 15, caput, da Lei de Acesso à Informação, caso haja indeferimento de acesso às informações e documentos requeridos, solicita-se informar as razões da negativa de acesso e identificar a autoridade hierarquicamente superior àquela que adotou a decisão, para posterior recurso administrativo após a ciência.

Diante do exposto, requeiro e peço deferimento.